

## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*“Question of race!”: the ethnic-racial in the supervised of the degree course in Social Sciences*

Luane Bento dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio tem por objetivo discorrer acerca da inserção da temática étnico-racial na regência do estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais. No campo das Ciências Sociais, o debate das relações étnico-raciais tem uma longa tradição de estudos. Contudo, no que se refere à articulação dos temas recomendados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei federal 10.639/2003) existem ainda alguns obstáculos para a inserção nos currículos de licenciaturas da área. Nota-se que os cursos de licenciaturas ainda priorizam uma formação docente com ênfase em epistemologias e paradigmas eurocêntricos, hegemônicos, sobretudo com obras de autores e autoras do grupo étnico-racial branco. Neste contexto, o artigo tem por objetivo contribuir nas reflexões acerca da inserção dos conteúdos relativos à educação para as relações étnico-raciais, história e cultura africana e afro-brasileira na formação docente e no ensino de sociologia da educação básica.

**Palavras-chave:** Formação docente. Ensino de Sociologia. Relações étnico-raciais. Estágio supervisionado. Ciências Sociais.

**Abstract:** This essay aims to discuss the insertion of ethnic-racial themes in the supervision of the supervised internship of the degree course in Social Sciences. In the field of Social Sciences, the debate on ethnic-racial relations has a long tradition of studies. However, with regard to the articulation of themes recommended by national curricular guidelines for the education of ethnic-racial relations and African and Afro-Brazilian history and culture (Federal Law 10.639/2003), there are still some obstacles to their inclusion in curriculum of the area. It is noted that degree courses still prioritize teaching training with an emphasis on Eurocentric, hegemonic epistemologies and paradigms, especially with works by authors from the white ethnic-racial group. In this context, the article aims to contribute to reflections on the inclusion of content related to education for ethnic-racial relations, African and Afro-Brazilian history and culture in teacher training and in the teaching of sociology in basic education.

**Keywords:** Teacher training. Sociology teaching. Ethnic-racial relations. Supervised internship. Social Sciences.

---

<sup>1</sup>Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Professora de Sociologia da Educação Básica no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos/EJA vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. ORCID: [0000-0003-2071-9373](https://orcid.org/0000-0003-2071-9373) - E-mail: [luanebentosantos@gmail.com](mailto:luanebentosantos@gmail.com).



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

### **Introdução**

Este ensaio tem por objetivo contribuir com as reflexões acerca da inserção dos conteúdos relativos à educação para as relações étnico-raciais, história e cultura africana e afro-brasileira (Lei federal 10.639/2003) no ensino da disciplina de sociologia escolar. A proposta do ensaio é versar sobre a escolha da temática étnico-racial como tema escolhido para ser ministrado nas aulas regências dos(das) estudantes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No decorrer do ano de 2023, notou-se que a temática das relações raciais foi selecionada por um quantitativo significativo de estudantes do curso de licenciatura para ser o tema da aula obrigatória (aula regência) do estágio supervisionado.

Outro ponto a ser mencionado é que a escolha por temas que abordassem as relações raciais no Brasil e no mundo não estiveram atreladas apenas a uma única série ou bimestre específico do Ensino Médio. Pelo contrário, percebi que a apresentação da temática racial foi adotada nas três séries deste nível de ensino e nas diferentes instituições públicas escolares da cidade do Rio de Janeiro (RJ), instituições públicas que anualmente recebem nossos(as) estudantes para a realização do estágio supervisionado em Ciências Sociais.

Neste texto, descrevo a experiência de ser professora substituta<sup>2</sup> do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Faculdade de Educação da UFRJ e responsável por ministrar as seguintes disciplinas obrigatórias: Didática das Ciências Sociais 1 e 2, Prática Especial de Ensino das Ciências Sociais e Laboratório de Pesquisa da Educação e Dilemas do Professor. Disciplinas obrigatórias do curso e que são relativas ao estágio docente e à formação teórica e pedagógica dos(das) licenciandos(as) no que se refere à profissão docente e ao espaço escolar.

Acredito que partilhar com o(a) leitor(a) às percepções e reflexões que tive ao observar e avaliar esse momento tão particular no processo de formação docente

---

<sup>2</sup> Ingressei como docente do curso de licenciatura de Ciências Sociais da UFRJ em abril de 2023. O processo seletivo referente à vaga começou no mês de dezembro de 2022 e foi até o dia 06 de janeiro de 2023, quando saíram os resultados da aprovação.



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

(regência no estágio supervisionado) possa contribuir para a área de ensino de sociologia, bem como para o campo da educação para as relações étnico-raciais.

Preciso dizer que a discussão do ensaio está embasada em trabalhos oriundos do campo da educação para as relações étnico-raciais e do ensino de sociologia. Como métodos e técnicas utilizo as seguintes ferramentas de pesquisa: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, observação participante e registros escritos em meu caderno. Informo que se trata de um trabalho qualitativo e de caráter etnográfico.

Para a compreensão, explico que o texto está organizado do seguinte modo: na primeira parte, apresento as razões que me levaram a escrever o relato de experiência e disserto sobre a produção intelectual que tem investigado a efetivação da legislação no ensino de sociologia escolar. Na segunda parte, discorro sobre a ausência da aplicação da legislação federal 10.639/2003 na formação docente em Ciências Sociais. Na terceira parte, disserto acerca da relevância do estágio supervisionado na formação docente. Na quarta parte, faço uma breve descrição dos estudantes que apresentaram a temática étnico-racial e relato o processo de apresentação das regências. Na quinta parte, trago as considerações finais.

### **Formação docente e a educação para as relações étnico-raciais**

Apesar do multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão. Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir no processo pedagógico, nós, como professores — em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade —, temos de reconhecer que o nosso estilo de ensino tem de mudar (hooks, 2017, p. 51).

Em diálogo com as reflexões de bell hooks (2017), penso que a educação é um terreno que nos possibilita exercer constantes mudanças, assim como nos permite criar ferramentas para superar ou atravessar os múltiplos desafios que vivemos na sociedade. Deste modo, cabe pensar de que modo estamos construindo uma educação pautada em valores multiculturais, antirracistas e de promoção da diversidade étnico-cultural. Neste contexto de emergência de educar para as relações étnico-raciais é que o presente ensaio



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

está alinhado. Para tanto, informo que a intenção é relatar através de uma escrita etnográfica a experiência de ser a docente supervisora de estágio dos(das) estudantes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ.

Dessa maneira, exerci a função ocupacional de ser a professora observadora e avaliadora das aulas regências dos(das) estudantes da licenciatura em Ciências Sociais, estudantes que tiveram a preocupação de discutir a temática das relações raciais brasileiras na aula obrigatória do estágio supervisionado. A questão me gerou inquietações, visto que a inserção das temáticas referentes à legislação federal de n. 10.639/2003 no contexto formativo dos(das) estudantes ainda está bem distante das recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), publicadas há 20 anos (Brasil, 2004), tendo em vista que não abarcam na grade curricular disciplinas que adotem as temáticas sugeridas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana dispõe em seu Artigo 1, inciso § 1º, que

As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (Brasil, 2004).

Por isso, é relevante reiterar que o curso de licenciatura de Ciências Sociais da UFRJ não oferece aos licenciados(as) uma disciplina obrigatória de educação para as relações étnico-raciais e o debate de uma educação antirracista e de promoção da agência dos africanos(as) e afro-brasileiros(as) na formação ocorre a partir dos critérios e predileções dos(das) docentes da instituição.

Nesta direção, é necessário argumentar que a leitura de textos e a promoção de debates reflexivos relativos à legislação em nossas aulas somente foram uma realidade devido a minha pertença como pesquisadora do campo das relações étnico-raciais, a



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

experiência docente em ministrar aulas de sociologia no Ensino Médio da rede estadual do Estado do Rio de Janeiro por dez anos consecutivos e deste lugar ter por hábito criar atividades pedagógicas para aplicação destas diretrizes (Brasil, 2004), mas, sobretudo, pelo compromisso político em exercer uma educação antirracista e de valorização da agência africana, afro-brasileira e indígena na sociedade brasileira.

Além disso, penso que a atuação comprometida com a efetivação da legislação na formação docente não ocorreria se a professora efetiva da área de didática e prática de ensino em Ciências Sociais, Joana Silva<sup>3</sup>, não estivesse atenta à necessidade de trazer à baila o debate da educação das relações étnico-raciais para as disciplinas do curso de licenciatura da UFRJ. A parceria estabelecida com a professora foi essencial para que as disciplinas de Didática, Prática Especial de Ensino das Ciências Sociais e Laboratório de Pesquisa e Dilemas da Educação fossem também espaços formativos de discussão e reflexão da produção intelectual negra e indígena, de compreensão das práticas educativas das comunidades tradicionais e de repensar o fazer educativo a partir de outros repertórios formativos que dissertam sobre pedagogias outras (de natureza não eurocêntrica).

Apesar dos esforços em discutir conteúdos para a promoção da educação para as relações raciais, observa-se que ainda é insuficiente para o processo formativo dos(das) discentes as discussões que foram e são tratadas em nossas disciplinas. Na realidade, é necessário que a grade curricular do curso de licenciatura garanta de maneira obrigatória a inserção do debate conforme é orientação das DCNERER (Brasil, 2004). Porém, sabe-se que a ausência destas discussões não ocorre apenas na instituição universitária em que atualmente leciono. De acordo com a pesquisa realizada por Silva (2018) acerca da aplicação da legislação federal nos cursos de licenciaturas de três universidades paulistas, verifica-se que:

Ao analisar o Projeto Político-pedagógico do Curso de Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura, das três instituições de ensino superior públicas do Estado de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp), e, nele, a estrutura curricular, em

---

<sup>3</sup> Os nomes de professores e estudantes mencionados ao longo do texto são fictícios com o objetivo de manter o resguardo de suas vidas privadas.



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

suas disciplinas e ementas, percebe-se que, de maneira geral, não há disciplinas obrigatórias que contemplem as orientações propostas pelas ‘Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana’ (Parecer CNE/CP 03/2004), que orienta o processo de implementação da Lei 10.639/2003, no que diz respeito à abordagem de conteúdos específicos [...] Com exceção de algumas disciplinas na área da Antropologia, História e Políticas Públicas, nas quais, de maneira genérica, há uma aproximação a este tema, ao tratar-se de questões relacionadas à noção de cultura, diversidade cultural, diferenças de raça/etnia, racismo, evolucionismo, darwinismo social, escravidão. No entanto, é no quadro de optativas que encontramos algumas poucas disciplinas que abordam este tema de forma mais específica, mas um número ainda reduzido se comparado à lista de optativas oferecidas por estes Cursos, e, conseqüentemente, por não serem obrigatórias, acessadas por poucos alunos(as), a maioria deles negros(as), o que vai na contramão da Lei 10639/2003, que, para além da mera transmissão de conteúdos e conhecimentos, visa reeducar mentalidades e posturas racistas, no que são as relações entre negros e brancos (Silva, 2018, p. 526-527).

Os pesquisadores Ligeiro & Brito (2021), ao entrevistarem docentes de sociologia da educação básica e da região metropolitana de Minas Gerais, identificaram que os cursos de licenciatura em Ciências Sociais das universidades públicas mineiras também não proporcionam no currículo obrigatório conteúdos referentes à legislação. Os autores comentam:

Ao analisar os dados da pesquisa acerca da formação inicial, defrontamo-nos com um desafio para a implementação das diretrizes da Lei 10639/03. A falta de formação e informação dos professores a respeito da lei e de literatura sobre a temática étnico-racial dificulta a implementação de uma educação antirracista. Nenhum dos entrevistados, todos formados em universidades federais, teve formação sobre essa lei e suas implicações na graduação. Isso é um reflexo de como nossas universidades ainda são elitizadas e reproduzem o racismo institucional e estrutural (Ligeiro & Brito, 2021, p. 21).

Também colabora para esta discussão o sociólogo Santos (2019), com o texto *Uma contribuição crítica ao Ensino da Educação para as Relações Étnico-raciais nas Ciências Sociais*. Santos examinou o programa das disciplinas obrigatórias e eletivas do curso de licenciatura em Ciências Sociais do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e concluiu que se trata de um currículo incipiente no que se refere às discussões para a educação das relações étnico-raciais. O pesquisador comenta:

Por meio das análises dos programas analíticos das disciplinas indicadas no PPC, observa-se que a afirmação que consta nesse documento, quanto ao ensino da ‘Educação das Relações Étnico-Raciais’, não corresponde à realidade do



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

curso de Ciências Sociais da IFES analisada. Aliás, até o ano de 2018, não há nenhum/a professor/a efetivo/a entre os/as docentes do Departamento de Ciências Sociais da universidade, assim como nenhum/a professor/a visitante ou substituto/a, que tenha sido contratado/a para o ensino supracitado, bem como não há docentes efetivos que pesquisam e/ou construíram uma trajetória acadêmica estudando a temática das relações raciais, ao contrário do que foi declarado no PPC, conforme foi verificado no Curriculum Lattes dos/as docentes desse Departamento (Santos, 2019, p. 259).

Cabe ainda mencionar que no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a partir dos dados estatísticos disponibilizados pela Pró-Reitoria (PR-4)<sup>4</sup>, o quadro de docentes efetivos(as) da instituição é formado por uma maioria de professores(as) brancos(as). Neste cenário institucional, para muitos estudantes da licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ foi ao longo do ano de 2023 que, pela primeira vez, tiveram aulas com uma docente negra. Contudo, para muitos estudantes é um fato revelador das desigualdades raciais e do racismo institucional que a docente negra em questão faça parte do corpo de servidores(as) substitutos(as) e não do quadro efetivo da instituição. Uma reflexão que trouxeram por diversas vezes no decorrer das aulas e nas conversas informais que tivemos nos corredores da instituição.

Dessa forma, em termos práticos, o curso de licenciatura em Ciências Sociais da instituição não fornece aos estudantes uma formação para a educação das relações étnico-raciais nem representa racialmente no corpo docente a população negra e indígena brasileira. Porém, o corpo discente, especialmente, a partir da aprovação das ações afirmativas no nível superior para a população negra, indígena e estudantes de escolas públicas é composto por um número significativo de estudantes autodeclarados(as) negros(as) e pertencentes às classes populares. A presença destes estudantes negros(as), indígenas e pobres no espaço universitário, além de transformar visualmente a instituição com suas corporeidades, gestualidades e culturas, também faz emergir na instituição novas questões a serem pensadas em relação à democratização da ciência e da educação, e, sobremaneira, em relação ao acesso e quais discussões e conteúdos são fundamentais para nos tornarmos cientistas e intelectuais.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [Pró-Reitoria de Pessoal UFRJ](#).



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Numa descrição antropológica sobre o Movimento Ocupa IFCS (Barroso, 2022)<sup>5</sup>, a professora aposentada do curso de Ciências Sociais da UFRJ comenta as provocações epistêmicas que vivenciou no curso de graduação ao lecionar a disciplina Antropologia Cultural para os(as) estudantes negros(as) da ocupação.

Antes de me tornar professora da UFRJ, eu havia trabalhado com um projeto de ações afirmativas para indígenas na Universidade, em que uma das preocupações levantadas junto às instituições que trabalharam conosco era justamente a da necessidade de adequação dos currículos à presença daqueles alunos nos cursos, buscando vias de inserir seus saberes e experiências específicas na estrutura curricular. Curiosamente, apesar dessa experiência, até aquele momento eu não havia conseguido enxergar o problema dos currículos de Antropologia sobre racismo que excluía as reflexões de autores negros do debate. Nesse sentido, não bastava que a disciplina tivesse uma bagagem sólida de crítica aos pressupostos racistas firmados sobretudo pelas correntes da antropologia biológica estruturadas ao longo do século 19 e primeira metade do 20, com inúmeros representantes e desdobramentos no Brasil [...] Em pleno século 21, de fato, não fazia nenhum sentido falar dessas críticas sem colocar em cena a voz de diversas gerações de intelectuais e militantes políticos negros que haviam contribuído, muitas vezes ao preço de suas vidas, para sua construção. Assim, quando parte da turma de Antropologia Cultural começou a me trazer livros de Fanon, Césaire e de outros intelectuais negros, perguntando se não haveria espaço para eles no curso, resolvi mudar a dinâmica para atender às demandas colocadas (Barroso, 2022, p. 124-125).

De fato, a presença de estudantes cotistas negros(as) nas universidades tem colocado para a instituição a exigência da efetivação das políticas afirmativas nas esferas dos cursos de pós-graduação e na formação do quadro docente. Além disso, esses(as) estudantes lutam para que os programas das disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas tenham a produção intelectual de pesquisadores(as) negros(as). Como bem nos lembra o antropólogo Basques (2019), a atuação política dos(das) estudantes negros(as) tem sido fundamental para romper com o paradigma etnocêntrico e eurocêntrico do curso de Ciências Sociais. Em seu artigo sobre Zora Hurston, o autor discorre sobre o protagonismo político dos(das) estudantes negros(as) na universidade e como essas ações políticas têm possibilitado mudanças necessárias para os currículos e para as instituições universitárias.

---

<sup>5</sup> De acordo com Barroso, o Ocupa IFCS foi um movimento que “inspirou-se nos movimentos das escolas secundárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, espelhados por sua vez nas mobilizações dos estudantes chilenos” (Barroso, 2022, p. 114).



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Insatisfeitos com a falta de políticas de diversidade e de empenho institucional para a criação de currículos antirracistas, os estudantes negros e negras do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santos, no câmpus de Vitória, reuniram-se, no mês de outubro de 2017, e encaminharam uma carta ao Departamento de Ciências Sociais, exigindo que os docentes passassem a incluir, em todas as ementas, ao menos dois autores negros/as. Após 15 anos na área, tendo sido estudante e docente em diferentes instituições de ensino superior, foi apenas em virtude da demanda daqueles estudantes negros e negras que me dei conta da gravidade do processo de (de)formação acadêmica intelectual a que estamos submetidos e ao qual submetemos os nossos estudantes. A carta serviu de estímulo para o oferecimento de uma disciplina intitulada “Branco sai, Preto fica: uma introdução à antropologia de autores negros/as”, no primeiro semestre de 2019 (Basques, 2019, p. 103).

Por essa razão, argumento que os temas escolhidos pelos(as) discentes para ministrar as aulas regências estão em consonância com os debates urgentes, indagações, provocações e exigências políticas que vêm ocorrendo no espaço universitário; reivindicações de grupos que outrora estavam alijados do espaço acadêmico, mas, que agora estão presentes e colocam para esta instituição educativa a necessidade de mudanças estruturais e de natureza epistêmica.

### **A relevância do estágio supervisionado para o curso de licenciatura em Ciências Sociais**

No curso de Ciências Sociais da UFRJ, o estágio supervisionado se configura como uma das principais portas de entrada para os(as) discentes acessarem o espaço escolar durante o curso de graduação. Outra modalidade de acesso à instituição escolar oferecida pela universidade através de recursos federais é o Programa Residência Pedagógica, disponível para estudantes que concluíram cinquenta por cento da grade do curso de graduação. De acordo com Nascimento, Souza & Estêves (2021), o Programa Residência Pedagógica tem por objetivo:

O atual Programa de Residência Pedagógica do Ministério da Educação (MEC), foco deste artigo, foi instituído em Março de 2018 constituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como ação que integra a Política Nacional de Formação de Professores. Consiste em um programa de estágio que busca a valorização e qualificação inicial do professor da educação básica, é voltado para os graduandos que cumpriram o percentual de 50% da totalidade do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período e, têm por finalidade promover a experiência de regência em sala de aula nas



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

escolas públicas da educação básica sendo acompanhado por um professor-preceptor (Nascimento, Sousa & Estêves, 2021, p. 14).

Outro programa governamental também relevante na formação docente é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), voltado para estudantes no início da graduação. Para Oliveira (2021), no curso de Ciências Sociais, o PIBID exerce um considerável impacto:

[...] à criação, em 2010, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que apesar de existir em distintas licenciaturas teve um impacto especialmente relevante nas Ciências Sociais (Santos, 2017). Diferentemente de outras licenciaturas, no caso das Ciências Sociais, o Pibid possibilitou um tipo de aproximação praticamente inédita com o espaço escolar, considerando a descontinuidade da Sociologia no currículo da educação básica (Oliveira, 2021, p 35).

Contudo, estes programas não são acessíveis a todos (as) os(as) licenciados(as), fatores como limitação das bolsas PIBID e da residência pedagógica, dificuldade dos(das) estudantes conciliarem o horário de trabalho e a carga horária destes estágios, dentre outras situações particulares, fazem com que o estágio supervisionado ainda seja o principal modo de acesso ao espaço escolar pelos(as) licenciados(as).

Como argumentam as pesquisadoras Moraes & Melo (2019), o estágio supervisionado “é um momento central para o desenvolvimento da formação docente, e em específico em ciências sociais/sociologia”. Além disso, as autoras também sinalizam a impossibilidade de alguns(as) estudantes participarem dos projetos de extensão, iniciação científica e outras atividades formativas realizadas pela/na universidade.

Passamos assim, a ter um olhar mais cuidadoso para o Estágio, de pensar a sua relevância, e que apesar de muitos criticarem e dizerem que não há consonância entre “teoria e prática”, ou ainda em se verbalizar, ditos como, “cair de paraquedas”, passamos a entender a importância desse momento na formação, porque muitos licenciandos, assim como nós, que não estávamos inseridos em programas complementares de formação, por vários motivos, sendo um deles a nossa necessidade de trabalharmos, não poderíamos apenas reproduzir a nossa formação como lacunar, na verdade, toda formação não se concretiza em sua totalidade, mas foi através do estágio que entramos em contato com a docência, com a importância de se reconhecer docente, de que aproximem os alunos e suas realidades dos conteúdos. Assim, apesar de todas as críticas, o estágio precisa ser reconhecido como esse lugar fundante na formação docente (Moraes & Melo, 2019, p. 74).



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

De fato, o estágio docente é um espaço de ambientação do(da) licenciado(a) com o cotidiano escolar, com a profissão docente e, sobretudo, é um momento em que ele(ela) tem a possibilidade de aprender, adquirir um repertório cultural da profissão, de pensar e repensar novas estratégias para o fazer educativo. De acordo com Durães & Silveira (2020), este momento na formação do(da) estudante significa que:

Prepara o aluno para o dia a dia da escola, rotinas de reuniões, planejamentos de aulas, problemas concernentes à prática docente, situações inesperadas típicas da Escola (problemas de infraestrutura etc.), assim como funciona como o momento de vivência imediata da realidade escolar. Ele possibilita que o estudante se encontre e se perceba como um ser atuante no processo didático e veja as dificuldades e possibilidades inerentes ao contexto educativo como um todo. Nessa perspectiva, o estágio representa um “choque” de realidade, que muitas vezes causa estranhamento, mas também possibilita pensar estratégias, adquirir e produzir saberes (Durães & Silveira, 2020, p. 21).

Outro aspecto relacionado ao estágio supervisionado e relevante para a discussão também é abordado por Moraes & Melo (2019). Segundo as autoras, o estágio prepara os(as) futuros(as) professores(as) sobre “o seu lugar no desenvolvimento da prática de ensino, sendo esta dependente dos processos formativos pelos quais os licenciandos passam durante sua trajetória acadêmica, em relação à prática educativa” (Moraes & Melo, 2019, p. 70).

No curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ, o estágio supervisionado está vinculado às disciplinas de Didática e Prática Especial de Ensino das Ciências Sociais (Handfas, 2007; 2012). Entende-se que a formação docente deve estar articulada com saberes teóricos e pedagógicos. Particularmente, no curso de licenciatura o estágio docente começa quando os(as) estudantes estão cursando as disciplinas de Didática 2 e Prática Especial de Ensino das Ciências Sociais. Neste momento, os(as) estudantes são direcionados(as) a buscar escolas da rede pública que tenham parceria e estejam conveniadas à instituição<sup>6</sup>. Para cumprimento do estágio é necessário que seja realizada

---

<sup>6</sup> Vale dizer que a UFRJ tem convênios de estágio supervisionado com as seguintes instituições educacionais públicas: Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), Secretaria Municipal do Rio de Janeiro (SME), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Colégio Federal Pedro II (CP2) e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).



## “Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais

*Luane Bento dos Santos*

no ambiente escolar uma carga horária de 210 horas. Nesta etapa da formação recomenda-se que eles(elas) acompanhem as aulas, auxiliem o(a) docente regente da disciplina Sociologia Escolar a pensar e planejar os conteúdos a serem ministrados nas aulas, percebam as dinâmicas estabelecidas nas salas de aula entre discentes-professor(a) e entre estudantes-estudante e avaliem o processo de transposição didática dos temas sociológicos.

Maçaira, Cordeiro & Santos (2009) comentam que uma das finalidades da experiência do estágio supervisionado para os(as) licenciados(as) é garantir a oportunidade de passarem por três etapas essenciais na formação docente:

A proposta consiste em propiciar ao professor em formação a vivência de experiências significativas e não mais, como preconizava o modelo da racionalidade técnica, a mera reprodução de modelos de aulas. Assim, os três momentos (**observação, co-participação e regência**) de desenvolvimento das atividades da Prática de Ensino podem ser mantidos, mas com novos objetivos e rompendo-se a linearidade de sucessão obrigatória em que eram realizados. Desta forma, o momento da **observação** abrangeria o acompanhamento de turmas durante períodos de tempo longos, permitindo a observação da ação dos professores e alunos no processo de ensino/aprendizagem. A observação também permite que o licenciando compreenda o contexto da escola, as características da cultura escolar, as formas de organização das relações de poder na escola e seu projeto político-pedagógico. A **co-participação**, por sua vez, teria como objetivo criar um relacionamento mais próximo entre licenciando e professor-regente [...] A co-participação deve incluir os conselhos de classe, as reuniões de planejamento, e outras vivências do ambiente escolar. Enfim, a **regência** abrange as atividades de planejamento, a realização e a avaliação de uma aula (Maçaira, Cordeiro & Santos, 2009, p. 4, *grifos nossos*).

Além dos pontos destacados pelas autoras, cabe mencionar que é a partir da interação, diálogos e dos acordos realizados entre o(a) licenciando(a) e o(a) docente regente que o tema a ser ministrado na aula regência será escolhido. E a regência, como explicam Oliveira & Barbosa (2013), é um dos momentos mais especiais e peculiares da formação docente:

Por fim, no Estágio Supervisionado temos o momento que coroa todo o seu percurso: a regência da disciplina em sala de aula, que contrariamente às situações de simulações de microaula junto aos demais companheiros de Estágio dentro do espaço da universidade, envolve alunos reais, por assim, que foram até então objeto da observação atenta do estagiário. No momento da aula, o aluno tem a difícil missão de transformar seu conhecimento teórico, acumulado ao longo do seu curso de graduação em Ciências Sociais, em um conhecimento escolar, afinal, o espaço da sala de aula é o lócus por excelência



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

da recontextualização curricular (Bernstein, 2003). Não há fórmulas para realizar tal feito, ainda que alguns cuidados devam ser tomados, em especial no que tange à linguagem, pois é fundamental que o professor consiga se fazer compreender, mas sem sair do campo das Ciências Sociais, de modo que as teorias e conceitos teóricos se mostrem úteis, contextualizados e capazes de iluminar a realidade do aluno, mostrando outro ponto de vista sobre a mesma (Oliveira & Barbosa, 2013, p. 149).

Vale dizer que, além da carga horária a ser seguida no espaço escolar, os(as) estudantes precisam ainda realizar 90 horas de atividades complementares que contribuam para a formação docente. Neste caso, recomenda-se que eles(elas) participem de congressos, palestras, seminários, minicursos, mesas-redondas, simpósios, exposições artísticas e outras atividades culturais que possam somar no processo formativo. Conjuntamente às 210 horas a serem cumpridas na instituição escolar e mais as 90 horas de atividades acadêmicas e culturais ainda é realizada pelos(as) discentes uma carga horária de 100 horas. Esta carga horária de 100 horas é referente à inscrição nas disciplinas de Prática de Ensino das Ciências Sociais 1 e 2 e de Laboratório de Educação e Pesquisa e Dilemas do Professor. Nestas três disciplinas, os(as) estudantes elaboram jogos e outros materiais didáticos para o ensino da sociologia escolar. Desta maneira, os(as) futuros(as) docentes cursam 400 horas entre escola, atividades complementares e a prática de ensino para fecharem sua formação, estabelecendo assim uma relação mais próxima entre a prática e a teoria (Hanfas, 2012).

E é importante sublinhar para a discussão que toda esta carga horária percorrida pelos(as) licenciados(as) são requisitos para a finalização e para obtenção de nota na disciplina Prática de Ensino das Ciências Sociais da UFRJ.

Tratadas as principais questões que envolvem o processo de estágio supervisionado na licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ na próxima seção, pretendo discorrer sobre as impressões que tive durante o processo de observação e avaliação da regência dos(das) discentes, bem como tratarei da particularidade das aulas regências no contexto do Colégio Pedro II (CP2).

### **“Questão de raça!”: a regência no estágio supervisionado de Ciências Sociais**



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Nesta primeira parte da seção, por questões ligadas aos limites do texto, abordarei apenas duas aulas regências que tive a oportunidade de avaliar e observar no segundo semestre do ano de 2023. As aulas foram ministradas por estudantes do curso de licenciatura que cursaram comigo, no primeiro semestre de 2023, as disciplinas de Didática e Prática Especial de Ensino das Ciências Sociais 2.

Para compreensão do(da) leitor(a) informo que tratarei apenas das regências que foram ministradas no Colégio Pedro II, câmpus de São Cristóvão, no mês de setembro de 2023. Outro ponto a ser mencionado é que antes de relatar as impressões que tive sobre estas duas regências, penso que cabe realizar uma breve descrição do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ e dos(das) discentes inscritos(as) na turma de Didática e Prática Especial de Ensino. Dessa forma, relatarei as características do curso de licenciatura, o perfil dos estudantes e, na segunda parte desta seção, abordarei as regências no contexto do estágio, bem como as particularidades do Colégio Pedro II, localizado no Estado do Rio de Janeiro.

Na UFRJ, o curso de licenciatura em Ciências Sociais é oferecido apenas no período noturno e tem boa parte das suas disciplinas ofertadas no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e no câmpus da Praia Vermelha, onde está situada a Faculdade de Educação. Poucas disciplinas são cursadas na Ilha do Fundão. Dentre elas pode-se mencionar a disciplina Profissão Docente, que compõe a grade de disciplinas obrigatórias dos currículos de licenciatura da universidade.

Lecionei as aulas de Didática e Prática Especial de Ensino das Ciências Sociais no prédio do IFCS às quintas-feiras, em uma sala do quarto andar. O quarto andar é destinado ao curso de Ciências Sociais. O prédio do IFCS abriga os cursos de graduação em bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, Filosofia e História. Além disso, há também no edifício histórico os cursos de pós-graduação nestas áreas, a saber, mestrado e doutorado.

A turma de licenciatura teve 21 estudantes inscritos(as), entretanto, havia estudantes do curso de bacharelado que vez ou outra assistiam às aulas como ouvintes e



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

tinham o interesse de ingressar mais à frente no curso de licenciatura. Este fenômeno acontece devido à instabilidade do mercado de trabalho para cientistas sociais, como comenta a pesquisadora Tabac (2020), que realizou pesquisa sobre o perfil dos(das) estudantes do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ.

Sabemos que, mesmo sendo um universo micro de somente 20 alunos, o fato de ter seis alunos que são oriundos do bacharelado já é uma informação interessante. Tendo em vista a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o pedido de reingresso tem aumentado bastante. Em entrevista com o coordenador do curso, Wagner Chaves, fui informada que os pedidos de reingresso são oriundos de diversas categorias. Desde alunos que estavam no bacharelado até alunos recém doutores que ao não encontrarem ocupações no mercado de trabalho, voltam para a graduação e buscam a licenciatura. A profissão de professor acaba sendo escolhida por interesses econômicos e, em poucos casos, pelo ensejo de seguir o magistério como carreira (Tabac, 2020, p. 57).

Em relação ao perfil racial e de gênero da turma, tive onze estudantes mulheres cisgênero, nove homens estudantes cisgênero e um estudante homem transexual. Diferentemente da pesquisa de Tabac (2020) com uma turma anterior, os(as) discentes desta turma eram em sua maioria negros(as), sendo quatro mulheres autodeclaradas negras e oito homens autodeclarados negros. Mas, de fato, assim como no estudo de Tabac (2020), havia um quantitativo expressivo de estudantes que cursavam a licenciatura e a pós-graduação de modo concomitante, a saber: dois doutorandos e três mestrandos(as). Este fato me chamou bastante atenção quando iniciei as aulas com a turma, porém, com o tempo e compreendendo a difícil dinâmica do mercado de trabalho para graduados(as) em Ciências Sociais, aquela inserção de pós-graduandos(as) no curso passou a ser naturalizada por mim. Neste sentido, passei a encarar como “familiar” a presença deste perfil de estudante na licenciatura.

É preciso dizer que, ao longo da disciplina, sempre que possível, levava livros, revistas especializadas e documentos governamentais sobre a educação para as relações étnico-raciais e para a história e a cultura africana, afro-brasileira e indígena para as turmas, obras com temas relativos à legislação e à produção de intelectuais negras e negros do campo das Ciências Humanas e Sociais, conforme a imagem abaixo:



**“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**  
*Luane Bento dos Santos*

**Imagem 1:** Livros acadêmicos e infantojuvenis sobre história e cultura afro-brasileira



Fonte: Autora, 2023.

Além de apresentar outra possibilidade de construção de acervo literário docente, priorizei também mostrar materiais didáticos sobre a temática que foram produzidos por estudantes do curso de licenciatura da Universidade Federal Fluminense (UFF), câmpus de Niterói. São materiais que serviram como trabalhos para a disciplina obrigatória, Relações Étnico-raciais na Escola. Esta disciplina compõe a grade curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e tive a oportunidade de ministrá-la como docente substituta entre o primeiro semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2019.

**Imagem 2:** Jogo twister temático de intelectuais e lideranças negras e indígenas



Fonte: Autora, 2019.



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Penso que a prática recorrente de compartilhar os materiais didáticos e paradidáticos com as temáticas recomendadas pela legislação federal 10.639/2003 e as DCNERER (Brasil, 2004) fortaleceu muito mais o interesse de alguns(algumas) estudantes. Em outras palavras, serviu como mais um incentivo para que lecionasse em suas regências conteúdos, cujas temáticas eram do campo das relações raciais e da agência negra e africana.

Ademais, os dois estudantes de quem tive a oportunidade de assistir e avaliar as regências no Colégio Pedro II me solicitaram, de maneira bastante pontual, que avaliasse suas aulas sobre a temática étnico-racial. Entendo que estes pedidos foram feitos de modo que considero particular devido à proximidade construída com eles nas aulas a partir de conversas, brincadeiras e sugestões para a entrada no mercado de trabalho.

Marco foi um dos estudantes que me solicitou, entre as muitas conversas que tivemos, que assistisse a sua regência no Colégio Pedro II. Cabe dizer que Marcos está dentro do perfil dos estudantes que se matriculam no curso de licenciatura e no curso de pós-graduação concomitantemente. Ele cursa doutorado em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) no Rio de Janeiro, é negro e jovem e tem como interesse de pesquisa a intelectualidade negra e os protestos negros.

Outra estudante que me procurou para que assistisse sua regência foi Camila. Uma jovem negra que foi estudante do Colégio Pedro II, câmpus São Cristóvão, e que se dividia entre as aulas da licenciatura e o trabalho numa organização do terceiro setor. No dia que recebi o convite desta estudante, ela fez questão de frisar porque tinha interesse que eu a acompanhasse: “Professora, eu gostaria muito que você fosse ao Colégio Pedro II de São Cristóvão para a minha regência. O meu tema tem tudo a ver com a sua área de pesquisa”.

Durante o curso de Didática e Prática Especial de Ensino de Ciências Sociais 2, Camila foi uma estudante que se destacava nas aulas com análises dos textos e também mostrava muita criatividade na elaboração de trabalhos práticos, como planejamento anual e planos de aula. Em diversos momentos, Camila demonstrava interesse na



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

temática das relações étnico-raciais, bem como salientava que já havia lido algumas obras, ou tinha conhecimento da existência ou ainda sugeria outras literaturas, filmes e materiais didáticos presentes no meio virtual.

### **“Levando a raça a sério”: as aulas regência no Colégio Pedro II (CP2), câmpus de São Cristóvão**

Como mencionei, nesta segunda parte da seção 4, abordarei as duas regências, bem como as peculiaridades da instituição educacional Colégio Pedro II (CP2). O Colégio Pedro II é uma instituição de ensino que pertence à rede federal e que oferece como modalidade de ensino desde a Educação Infantil até a Pós-graduação. A instituição de ensino tem todos os seus câmpus localizados no Estado do Rio de Janeiro, especificamente na Região Metropolitana, a saber, nos seguintes municípios: Niterói, Duque de Caxias e Rio de Janeiro. Contudo, concentra a maioria dos câmpus no município do Rio de Janeiro, nas regiões da Zona Norte, Zona Oeste, Zona Sul e Centro da Cidade, sendo distribuídos nestes espaços os seguintes câmpus: Centro do Rio de Janeiro, São Cristóvão, Humaitá, Tijuca e Realengo.

Em relação ao ensino de sociologia, a instituição é considerada uma das pioneiras na implementação da disciplina na Educação Básica (Oliveira, 2014). Do lugar de instituição pioneira que inseriu a sociologia como disciplina escolar, o Colégio Pedro II, na atualidade, é uma das instituições educacionais do nosso país que, apesar da Reforma do Ensino Médio, mantém em seu quadro a sociologia como disciplina obrigatória nos dois últimos anos do Ensino Fundamental (8º e 9º anos) e em todas as três séries do Ensino Médio. Além disso, no Colégio Pedro II, a sociologia escolar tem um departamento específico para a área, local onde os docentes da disciplina se reúnem para fazer debates e discussões acerca do currículo e planejamentos.

Outro ponto que deve ser mencionado na discussão se refere ao fato de a instituição ter sediado, no ano de 2023, a última etapa da II Olimpíada de Sociologia do Rio de Janeiro (Projeto de Extensão do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Fernandes - Labes da UFRJ), e seus docentes contribuíram para o evento formando equipes de estudantes do Ensino Médio para concorrerem.

O Colégio Pedro II também oferece graduação e especialização em Ciências Sociais e tem um periódico científico voltado para professores(as) de sociologia, a revista *Perspectiva Sociológica*. Por todo este contexto, no Estado do Rio de Janeiro o CP2 é visto como uma instituição de excelência para que os(as) estudantes de graduação em Ciências Sociais cumpram seu estágio supervisionado. De certa maneira, os dois estudantes que terão suas regências descritas neste ensaio procuraram a instituição por essas características e pelo fato dela sempre receber nossos(as) licenciados(as).

Preciso dizer que, além das regências de Marcos e Camila, outros(as) estudantes também realizaram estágio e regência em outros câmpus, os quais tive oportunidade de acompanhar e avaliar. No caso do Colégio Pedro II, câmpus São Cristóvão, a professora regente que recebeu os dois estudantes foi Tiana Henriques. Uma docente que tem larga experiência em supervisionar o estágio dos(das) licenciados(as) do curso de Ciências Sociais da UFRJ e de outras universidades.

Marcos e Camila realizaram a regência na data de 18 de setembro de 2023, uma quinta-feira, no período matutino. Camila apresentou sua regência para uma turma do segundo ano do Ensino Médio, com uma composição étnico-racial diversa. Dentre os temas que poderiam ser abordados no campo das relações étnico-raciais, ela e a professora decidiram tratar sobre as “Resistências Culturais e os Protestos Negros”. Apesar do CP2 possuir mais recursos financeiros e estruturais do que as escolas estaduais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ainda assim, no dia, observei que o uso do projetor dependia de uma série de fatores. O principal era encontrar um equipamento que funcionasse e que não estivesse sendo usado por outro(a) docente da casa. A aula de Camila ocorreu com o uso do aparelho a fim de apresentar algumas imagens. Contudo, no momento que a estudante precisou colocar uma música para tocar, o equipamento não funcionou. Mediante o problema inesperado, Camila leu a música para a turma.



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

A aula de Camila foi no modelo expositivo e notava-se que a estudante tinha uma necessidade de trazer muitas informações sobre os movimentos negros no Brasil. Ela traçou uma linha histórica que abordava os movimentos negros desde a Frente Negra Brasileira (FBN), o Teatro Experimental do Negro (TEN) até o Movimento Negro Unificado (MNU). Uma linha histórica que comentei, após a regência dela, ser bastante extensa. Contudo, este episódio me lembrou o texto de Maçaira, Cordeiro e Santos (2009) ao dizerem que os(as) docentes de sociologia da educação básica, por estarem bastante isolados(as) nas instituições escolares, acabam por se sentirem obrigados(as) a relembrar conteúdos curriculares que são de responsabilidade de outras disciplinas.

Na ausência de informações sobre o desenvolvimento de tais disciplinas e sendo elas de grande importância para uma melhor compreensão, é preciso, em inúmeros momentos, que a professora lembre assuntos, indague os alunos com relação ao que sabem ou não dos temas e por vezes até ensine conteúdos. Esta é uma das primeiras constatações do isolamento do docente em sociologia, gerado pela estrutura escolar, principalmente na rede pública, onde tais momentos de orientação e planejamento são inexistentes e não remunerados, ou seja, não existem espaços disponíveis para a formação de uma unidade e direcionamento da aprendizagem escolar (Maçaira, Cordeiro, Santos &, 2009, p. 7).

Outro ponto é que, tratando-se da temática das relações étnico-raciais brasileiras, principalmente dos movimentos negros, muitos livros didáticos de sociologia apresentam apenas os movimentos que emergiram durante a década de 1970 e 1980. O próprio livro didático *Sociologia em Movimento*, da editora Moderna (distribuído pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático/PNLD de 2016-2018) e que foi escrito por docentes da instituição, amplamente utilizado nas turmas da professora Tiana Henriques, retrata de maneira insuficiente em sua narrativa os movimentos negros no Brasil.

Apesar de termos na atualidade as produções intelectuais de negros(as) como o artigo *Educação e Movimentos Negros*, de Luiz Alberto Gonçalves e Petronilha Silva (2000), que descreve inúmeras reivindicações, protestos e organizações negras no Brasil desde o período do pós-abolição, o livro didático utilizado na instituição tem um foco muito restrito em torno das mobilizações negras na História do Brasil. De acordo



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

com o trabalho de Gonçalves & Silva (2000), ao longo da História do Brasil, especialmente após a Abolição da Escravatura, podemos mencionar diversas formas de organizações sociais e políticas da população negra que lutaram pela democratização da educação formal. Em suma, a população negra esteve e está por um longo período reivindicando direitos básicos e contribuindo para a consolidação de uma sociedade mais democrática, em que todos e todas possam ser cidadãos(ãs).

Nesta direção, o plano de aula de Camila reivindicava no currículo de sociologia escolar, que segue ainda bastante eurocêntrico (Basques, 2019; Barroso, 2022), o lugar de destaque que os protestos negros e mobilizações do início de meados do século XIX e início do XX merecem ocupar nas narrativas históricas e sociológicas.

Todavia, em dois tempos de aula, explicar para adolescentes da faixa etária entre 15 e 16 anos de idade tantos pormenores das lutas efetivadas pelas populações negras ao longo da história da República é um fenômeno de enorme complexidade. Por essa razão, após o término da regência de Camila, procurei conversar com a estudante sobre o processo de escolha dos conteúdos, dos recortes necessários que precisam ser realizados para desenvolver nossas aulas com mais dinâmica e didática, e, sobretudo, ter espaço para propiciar o aprofundamento de questões levantadas pelos(as) estudantes e por nós. Além disso, uma aula que funcione precisa buscar a interação entre docente e estudantes.

Ao longo do diálogo, Camila explicou que se sentiu um pouco desestimulada, tendo em vista que a turma para quem apresentou a temática das relações raciais era percebida por ela e pela professora regente como apática. De acordo com Camila e com a docente Tiana, somente dois estudantes desta turma participavam ativamente das discussões promovidas nas aulas de sociologia. De fato, como docente da Educação Básica, estranhei o silêncio e as poucas movimentações dos adolescentes pela sala no dia da regência. Não havia a famosa “bagunça” corriqueira das escolas. A professora Tiana me informou que aquela turma não funcionava muito bem com aulas expositivas e mais tradicionais: “Eles funcionam mais quando a aula é mais lúdica, mais participativa; fora



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

da sala de aula costumam ser mais empenhados. Só que nem sempre consigo sair e realizar atividades fora da sala de aula” (Relato da docente regente Tiana Henriques, anotações do diário de campo da autora, 2023).

A regência de Marcos ocorreu nos dois últimos tempos de aula do turno da manhã. Posteriormente à aula de Camila, ocorreu a regência de Marcos, em uma turma de primeiro ano do Ensino Médio, com o tema Protestos Negros no Brasil. A regência dele foi realizada nos 4º e 5º tempos de aula.

Marcos começou sua regência utilizando o quadro branco e anotando o tema da aula e alguns conceitos centrais para a compreensão dos(das) estudantes: quilombismo, racismo, genocídio. De maneira assertiva, ele fez uma pergunta motivadora para a turma que estava bastante agitada, com adolescentes circulando de um lado para outro na pequena sala de aula. A pergunta do futuro docente foi: “Como o racismo pode ser identificado no Brasil?” Como num movimento de uma imensa onda, vários(as) discentes responderam à pergunta e articularam a questão racial com as categorias de gênero e sexualidade. Dessa forma, Marcos iniciou suas reflexões com a turma. Assim como Camila, ele também fez o uso do projetor para apresentar notícias de caso de racismo religioso e institucional e momentos de reivindicações históricas dos movimentos negros, como o surgimento do MNU e a participação de Abdias do Nascimento no TEN. Assim como na turma de Camila, a turma em que Marcos ministrou a regência tinha uma composição étnico-racial diversa. Fenômeno que outrora não era tão marcante no CP2, mas com a implementação das ações afirmativas o colégio passa a ter um corpo estudantil mais diverso racialmente.

Considero que a aula de Marcos teve bastante interação com a turma e houve um momento em que o futuro docente não teve respostas para uma questão trazida por uma das estudantes negras que ali estavam. Ela perguntou ao professor como as práticas de discriminações raciais que pessoas negras sofrem podem afetar a percepção que constroem de si, especialmente as percepções de beleza, gosto e desejo. Ela ainda trouxe como exemplo falas que estigmatizam os cabelos crespos e cacheados das pessoas



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

negras, citando episódios de discriminação racial que ela e amigas vivenciaram no espaço escolar desde a infância até a adolescência. Contou para o docente e para a turma como os seus cabelos afro e de outras amigas negras eram vistos e chamados de “ruins, duros, bombril, feios, assolam”, dentre outros adjetivos pejorativos. Disse que sabia que aquilo era racismo, mas não sabia explicar como funcionava.

Na ocasião, observei que Marcos também ficou perdido com o relato e não conseguiu associar o testemunho da estudante com o tema da aula, principalmente com as teorias raciais disseminadas no Brasil pela intelectualidade racialista de meados do século XIX e início do século XX. Marcos também não conseguiu sugerir nenhuma leitura ou obra que trouxesse os debates destas teorias ou que abordasse a estética negra e africana como assunto. Por esse motivo, na conversa que eu e a docente Tiana tivemos com Marcos após sua regência, procurei indagar o estudante sobre suas leituras de doutorado e sobre o acesso dele aos trabalhos de pesquisadores(as) que se dedicaram à investigação da corporeidade e estética negra. Perguntei: “Você ficou sem saber responder à pergunta daquela menina sobre cabelo e racismo, certo? Você não acessa as pesquisas das mulheres negras que escreveram e pesquisaram sobre corpo e cabelo?”. Imediatamente, o estudante me respondeu que aquela pergunta foi a mais difícil que vivenciou até aquele momento em sala de aula. Destacou que em suas leituras sobre a questão racial no Brasil e no mundo, os estudos que havia lido quase não tratavam acerca das construções sociais de corpo e cabelo negro.

É importante ressaltar que, no contexto escolar, o corpo e o cabelo da população negra são os principais alvos de discriminação racial, e, por essa razão, os(as) futuros(as) docentes precisam estar atentos às manifestações de racismo que recaem sobre as estéticas corporais das pessoas negras. Para Gomes (2002):

Embora atualmente os currículos oficiais aos poucos incorporem leituras críticas sobre a situação do negro, e alguns docentes se empenhem no trabalho com a questão racial no ambiente escolar, o cabelo e os demais sinais diacríticos ainda são usados como critério para discriminar negros, brancos e mestiços. A questão da expressão estética negra ainda não é considerada um tema a ser discutido pela pedagogia brasileira. Os sinais diacríticos operam como demarcadores da diferença (Gomes, 2002, p. 45-46).



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Argumento que os assuntos abordados por Camila e Marcos em suas regências propiciam para o ambiente escolar reflexões e debates que nem sempre estão presentes nas aulas, no fazer docente de muitos colegas da educação básica, além de não constarem também nos materiais didáticos disponibilizados pela instituição.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, procurei apresentar reflexões a partir da posição de docente de Didática e Prática Especial de Ensino do curso de licenciatura das Ciências Sociais da UFRJ. Ocupar este lugar, mesmo que temporariamente, é ser afetada por diversas sensações e emoções que o fazer docente pode nos proporcionar.

A oportunidade de acompanhar o estágio supervisionado, bem como as regências, têm me levado a perceber o interesse de estudantes negros(as) e brancos(as) comprometidos(as) com uma educação mais democrática e antirracista. Do lugar de supervisora do estágio, tenho compreendido que os(as) futuros(as) docentes negros(as) e não-negros(as) andam tramando outros caminhos para o fazer pedagógico e têm outras preocupações para o ensino e a aprendizagem.

Em um contexto de vigência de reformas neoliberais na educação, retrocessos dos direitos sociais e negacionismo do conhecimento científico é um estímulo acompanhar a formação acadêmica de pessoas comprometidas com a efetivação de narrativas - negras, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, dentre outras - na educação básica.

### **Referências**

Barroso, Maria Macedo. Não sabia que os pretos escreviam essas coisas: cotistas negros, Movimento Ocupa IFCS e transformações curriculares na área de antropologia. **Revista Ayé**, v. 4, n. 1, 2022.

Basques, Messias. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. **Revista Ayê**, Fortaleza, n. 1, v. 1, 2019.

Brasil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.



**“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Durães, Bruno; Silveira, Daniela. O estágio em sociologia: engajamento, estética negra e formação docente no Recôncavo da Bahia. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 4, nº 2, p. 19-32, jul/dez. 2020.

Gomes, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p.40-51, set/out/nov/dez. 2002.

Gonçalves, Luiz Alberto; Silva, Petronilha. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira Educação**, n. 15, dez. 2000.

Handfas, Anita. Formação dos professores de Sociologia: um debate em aberto. In: Handfas, Anita, Maçaira, Júlia Polessa (Orgs.). **Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

Handfas, Anita. A prática de Ensino como rito de passagem e o ensino de sociologia nas escolas de nível médio. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 131-142, jan./jun., 2007.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

Ligeiro, Isabela; Brito, José Eustáquio. Formação docente para as relações étnico-raciais: o que dizem professores de sociologia do ensino médio? **Revista Brasileira de Formação de Professores, Belo Horizonte**, v. 13, n. 27, p. 11-26, mai/ago. 2021.

Maçaira, Julia Polessa; Cordeiro, Marina; Santos; Heloísa. Ser professor, ser estagiário e formar docentes: reflexões sobre experiências de estágios supervisionados e práticas de ensino. **Anais da SBS 2009 - GT: Ensino de Sociologia**, 2009.

Morais, Erivania Melo de; Melo, Elda Silva do Nascimento. Formação docente e ensino de sociologia: experiência de estágio supervisionado no Ensino Médio. In: Moraes, Erivania Melo de; Melo, Elda Silva do Nascimento (Orgs.) **Formação docente e ensino de Sociologia: textos para o debate contemporâneo**. Curitiba (PR): Editora CVR, 2019, p. 65-76.

Nascimento, Raimundo Nonato Ferreira do; Sousa, Ana Carolina; Estêves, Natasha. A importância do Programa Residência Pedagógica para a formação reflexiva-investigativa do professor de Sociologia. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa**, n. 2, v. 4, maio/agosto 2021.



## **“Questão de raça!”: a temática étnico-racial no estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Sociais**

*Luane Bento dos Santos*

Oliveira, Amurabi. Ensino de Sociologia na educação básica: expansão, retrocessos e perspectivas. **Em Aberto**, v. 34, n. 111, p. 27-40, maio/ago. 2021.

Oliveira, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na educação básica. **Acta Scientiarum Education**, v. 35, n. 2, p. 179-189, jul./dez. 2014.

Oliveira, Amurabi; Barbosa, Vilma. Formação de professores em ciências sociais: desafios e possibilidades a partir do estágio e do PIBID. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 13, p. 140-162, 2013.

Santos, Sales Augusto. Uma contribuição crítica ao Ensino da Educação das Relações Étnico-raciais nas Ciências Sociais. **Revista Tomo**, n. 35, p. 251-292, 2019.

Silva, Eva Aparecida. O (Não) lugar da Educação Étnico-racial na grade curricular do curso de Ciências Sociais da USP, Unicamp e Unesp. **Revista da ABPN**, n. 10, p. 505-529, 2018.

Tabac, Sara Esther Dias Zarucki. D. Quem quer ser professor de Sociologia? Acesso, perfil e um breve balanço dos estudantes na licenciatura de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ. **Revista Café com Sociologia**, v. 9, n. 1, p. 57-63, jan./jul. 2020.